
LINGUÍSTICA APLICADA E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS: (DES)ORGANIZANDO O CONSENSO EPISTEMOLÓGICO EM VISTA DE UM PARADIGMA RIZOMÁTICO E CONTRA-HEGEMÔNICO

Manuel Álvaro Soares dos Santos – FAFICA¹
manuelalvaross@gmail.com

Ricardo Jorge de Sousa Cavalcanti – ProfEPT/IFAL²
richardcavalcanti@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo surge com base em nossas reflexões como pesquisadores, em específico, no campo multidisciplinar da Linguística Aplicada (LA), corrente de estudos da linguagem que se apresenta como não-linear, híbrida, mestiça, movediça e, em grande parte, contra-hegemônica. Para tanto, filiamos-nos às discussões que tratam de abordagens problematizadoras acerca da produção de conhecimentos acadêmico-científicos, em especial, nas humanidades, tendo como ponto central a herança advinda do Positivismo e suas respectivas ramificações a fim de empreender proposições sobre pesquisa, identidade e pós-modernidade (BHABHA, 2013; HALL, 2015). Este trabalho é de natureza qualitativa, de cunho bibliográfico, atrelado às incursões que realizamos sobre os processos investigativos como sujeitos dialógicos, que refletem e refratam, responsivamente, sobre as suas atuações sociais (BAKHTIN, 2011). No último tópico de discussão do artigo em tela, lançamos mão de um Diagrama que apresenta um olhar rizomático e contra-hegemônico a respeito da feitura da pesquisa, principalmente, no campo agregador das humanidades. A elaboração de tal Diagrama pode possibilitar aos nossos interlocutores – auditório social – reflexões que visem a uma mudança paradigmática no âmbito da realização das pesquisas, numa esfera que, considerando todos os princípios éticos vigentes, por vezes, se sente compelido pela força positivista imperante.

Palavras-chave: Linguística Aplicada; Rizoma; Produção de Conhecimentos

INTRODUÇÃO

Este trabalho é elaborado tomando como princípio norteador a nossa prática como sujeitos pesquisadores, responsivos ativos, a partir de inquietações oriundas sobre o cânon do fazer acadêmico-científico. A abordagem que lançamos para proceder à discussão trata de um olhar interrogativo acerca do consenso epistemológico e da produção do conhecimento, que se assume como contra-hegemônico em razão de uma postura avessa a um paradigma positivista que guarda uma herança colonial e imperialista, salvaguardando os princípios éticos envolvidos à

¹ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas – PPGLL/UFAL. Professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru – FAFICA, e do Colégio Sagrado Coração – CSC/Caruaru. Membro do Grupo Interdisciplinar de Formação de Professores – GIFOP (CNPq/UFAL).

² Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas – PPGLL/UFAL. Realizou Estágio pós-doutoral em Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada e formação de professores de Língua Portuguesa, no PPGLL/UFAL. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas – IFAL, *Campus* Maceió. Atua no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em cursos de licenciatura e no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede (ProfEPT/IFAL). Membro do Grupo Interdisciplinar de Formação de Professores – GIFOP (CNPq/UFAL).

cientificidade. O nosso posicionamento é, a partir do cânon, repensarmos alternativas acerca do fazer científico e, principalmente, questionarmos a quem tais conhecimentos acadêmico-científicos produzidos servem.

Com base nisso, refletimos sobre um fazer científico que, embora se assuma “neutro”, deva eleger questões ligadas ao social, ao político e ao econômico, cujos sujeitos de pesquisa, que simbioticamente estão imersos nessa teia movente, assumam uma postura, de fato, dialógica frente ao objeto de estudo. Desestabilizar a ordem no sentido de problematizar os modelos cristalizados que há muito, segundo Hall (2015), ao tratar da modernidade tardia, vêm ganhando força como pós-modernidade, torna-se um compromisso na agenda geopolítica da produção científica.

É, nessa perspectiva, que inauguramos os tópicos de discussão a seguir, intuindo, em alguma medida, estabelecer uma postura crítico-reflexiva acerca da produção do conhecimento acadêmico-científico que é, em grande monta, anunciado como neutro e imparcial; desmerecendo, assim, as idiosincrasias subjacentes aos modos de produção e ao *status quo* imperante de quaisquer relações sociais.

INTERROGANDO O CONSENSO EPISTEMOLÓGICO E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Existe uma pressuposição prejudicial e autodestrutiva de que a teoria é necessariamente a **linguagem de elite dos que são privilegiados social e culturalmente**. Diz-se que o lugar do crítico acadêmico é inevitavelmente dentro dos arquivos eurocêntricos de **um ocidente imperialista ou neocolonial**. Os domínios olímpicos do que é erroneamente rotulado como ‘**teoria pura**’ são tidos como eternamente isolados das exigências e tragédias históricas dos condenados da terra (BHABHA, 2013, p. 47) (grifos nossos).

A epígrafe que abre o presente artigo questiona os dogmas acadêmicos que atravessam e constituem, muitas das vezes, nossas próprias identidades como pesquisadores que, por estarmos inseridos em práticas culturais voltadas à legislação epistemológica, passamos a desconsiderar (no duplo sentido do termo: de não objetivar ou de não perceber) os impactos daquilo que dizemos e, sobretudo, daquilo que fazemos e como fazemos em nossas pesquisas. Nesse sentido, cabe-nos indagar o que seria essa linguagem de elite e de privilegiados; de questionar a localização identitária eurocêntrica imperialista ou neocolonial e de romper com a crença errônea acerca da teoria pura, conforme Bhabha (2013) defende em seus escritos. Nesse mesmo contexto de crítica epistemológica, Nunes (2011, p. 313) apresenta uma teoria crítica e contra-hegemônica que nos viabiliza “des-pensar a teoria, revelando os seus não-ditos, as

exclusões e os silêncios que **as concepções convencionais do conhecimento** não permitiam identificar” (grifos nossos).

Homi Bhabha (2013) compreende que há uma indissociabilidade entre política, teoria e pesquisa, inclusive, dentro do próprio modelo hegemônico imperial e neocolonialista, que se coloca, mimeticamente, como único, autêntico e puro. Os processos miméticos, assim, são característicos do discurso colonial e hegemônico que tende à centralização do poder nas estruturas sociais por meio de estratégias discursivas silenciosas que se perpetuam nos próprios percursos identitários dos povos subalternizados, ou seja, **“a mímica representa um acordo irônico [...] emerge como a representação de uma diferença que é ela mesma um processo de recusa [...] se ‘apropria’ do Outro ao visualizar o poder”** que o oprime, tornando a representação colonial como sagrada, civilizada, sistemática e fixa, ao passo que o lugar do colonizado é profano, bárbaro, desordenado e disfuncional (BHABHA, 2013, p. 146) (grifos nossos). A grosso modo, o discurso colonial se reproduz no âmbito da Linguística quando passamos a propagar rótulos como Linguística *Hard* em oposição a uma Linguística *Soft*, Linguística Normal em oposição a uma Linguística Anormal e, Linguística Teórica em oposição a uma Linguística que aplica saberes, subalternizando sempre os pares opostos e estigmatizando as pesquisas operantes em um modelo alternativo e contra-hegemônico, pois o mundo colonial é, com efeito, pensado por uma lógica dicotômica. Há de se reconhecer que essa lógica dicotômica e, por extensão, binária advém das correntes oriundas do Positivismo, entre elas, o Cartesianismo, cuja ordenação epistemológica, em razão daquilo que é concebido como o “ideal”, ganha relevo e ocupa um lugar privilegiado, sobretudo, na esfera acadêmico-científica, excluindo, assim, todas as discussões que, a despeito de alguns ditames epistemológicos, não apenas reconhecem tal mote discursivo, mas constituem-se numa teia movente de ruptura do conhecimento imperialista.

Acerca da reprodução de valores hegemônicos, lemos com bastante frequência conhecimentos produzidos na academia por outros sujeitos, com os quais dialogamos epistemológica e metodologicamente; contudo, pouco nos dispomos a refletir sobre as implicações e os desdobramentos sociopolíticos do conhecimento produzido por essas pesquisas. Conforme Nunes (2011, p. 330) assinala, as teorizações contemporâneas devem ser caracterizadas pelo “poder interrogativo da teoria crítica pós-moderna, o poder de problematizar e de ‘sugerir ao olhar’ o que os discursos dominantes ocultam ou silenciam, abrindo novos espaços para imaginar outros [mundos teorizáveis] possíveis”, mundos estes que sejam voltados aos percursos complexos e híbridos dos arranjos identitários, socioculturais e políticos.

Não obstante a isso, há um consenso silenciado, em algumas pesquisas, cuja figura do pesquisador deve exercer um papel de (pseudo) neutralidade frente ao objeto em investigação, uma vez que deve se prezar pela pureza epistêmica e garantir a confiabilidade e a validade das pesquisas por meio de generalizações estatísticas (SANTOS, 2018). Sobre isso, Nunes (2011) acredita que esse processo de desincorporação das realidades sociais tem relação com a própria gênese das Ciências Sociais e Humanas no século XIX, em que havia uma forte ligação com as Ciências Exatas, herança Positivista. Desse modo, para que houvesse legitimação como saber científico, os pesquisadores deveriam buscar prescrever e normatizar seus “resultados” diante dos mesmos parâmetros do empirismo-positivista, calcados, sobretudo, na Física. Segundo Nunes (2011), somente a partir da década de 80, do século XX, com a viragem cultural é que as pesquisas em Ciências Humanas e Sociais iniciam um processo de interrogação epistêmica.

[Quer dizer] a viagem cultural coincide, em boa parte, com as transformações na topologia da teoria. A década de 1980 e os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por uma primeira fase da viragem cultural, correspondendo ao privilegiar da dimensão estética e uma aproximação das ciências sociais às humanidades, no quadro transdisciplinar dos estudos culturais. A segunda fase [...] conferiu inicialmente grande atenção à dimensão da ética, aproximando as ciências sociais e a filosofia [...] nos seus desenvolvimentos mais recentes [...] a preocupação explícita com o político (NUNES, 2011, p. 310).

A viragem cultural ocorrida no final do século XX coincide com o surgimento das teorias pós-modernas e pós-coloniais; sendo assim, vemos um novo paradigma científico “baseado em uma espécie de ciência das perguntas do que em uma ciência de respostas” (GIDDENS, 2012, p. 56). Com isso, há uma analogia a uma modernização reflexiva, em que as estruturas de poder apresentam uma orientação policêntrica, mas que nem por isso deixam de propagar assimetrias mediante os processos de subjetivação epistêmica. Entretanto, acreditamos para que haja uma efetiva mudança de paradigma não é necessário somente uma mudança dos rótulos em que nos pautamos, é preciso que haja, pois, uma incursão em uma abordagem reflexiva capaz de questionar a si mesmo e se deslocar constantemente das topologias epistemológicas. Contudo, esse consenso epistemológico, embora venha sendo questionado desde o final do desse século, por meio do paradigma interpretativista, ainda mantém forte influência sobre o modo como nos engajamos em nossas pesquisas.

Nesse tocante, cabe-nos refletir sobre o signo engajamento, que é visto genericamente como uma forma de agência sob a sociedade. Portanto, este rótulo recai sobre algumas

pesquisas e não sobre outras, pois parte-se do pressuposto de que pesquisa engajada só é aquela que focaliza problemas sociais, buscando construir inteligibilidades que desvelem as instâncias de poder e de privação. Contudo, acreditamos que toda pesquisa por ser política, conforme defendemos, e já anunciamos no início desta discussão, expressa uma forma de engajamento. Dito isso, pressupomos que toda pesquisa já é em si engajada, entretanto, vale interrogar em que reside esse engajamento, considerando que ele pode ser concebido como pós-colonial, contra-hegemônico e interrogativo ou, ainda, pode ser colonialista, imperialista e legislador. Sobre este último, Bhabha (2013) compreende ser ele relativamente invisível, dados os processos miméticos que camuflam o poder colonial e seus desdobramentos, o que implica, em muitos casos, o desconhecimento por parte do próprio pesquisador sobre os poderes aos quais ele está se filiando; inclusive, poderes que segregam e excluem seus percursos identitários, deslegitimados pelo centro hegemônico na condição de pesquisador.

Bhabha (2013, p. 279), ao discutir as prerrogativas da agenda pós-colonial, sinaliza que “a incomensurabilidade dos valores e prioridades culturais que o crítico pós-colonial representa não pode ser classificada dentro das teorias do relativismo ou pluralismo cultural”, visto que não se trata de mero relativismo ou pluralismo, mas, sim, de uma reinterpretação e reescrita nas formas e nos efeitos de uma consciência colonial, ou seja, a crítica pós-colonial visa à desarticulação do signo colonizador para reintegrá-lo sob um novo paradigma que parte de um “lugar híbrido do valor cultural, o transnacional como o tradutório, que o intelectual pós-colonial tenta elaborar um projeto histórico” (BHABHA, 2013, p. 278), pelo qual reintegra o sujeito em sua trama histórica como não-adâmico³.

Entretanto, embora, em alguns casos, critiquemos posturas consensuais e colonialistas em nossas próprias pesquisas, nos mantemos ligados ao mesmo círculo de legislação epistemológica, procurando sempre resultados⁴ para as nossas questões de pesquisa sem nos darmos conta de quão reducionista é este posicionamento para as investigações que buscam compreender, sobretudo, por meio da Etnografia, processos socioculturais e políticos situados cronotopicamente com todas as suas idiosincrasias.

Recorrendo a Deleuze e Guattari (1995), ao discutirem sobre o pensamento denominado por eles como arborescente, há uma crítica à fixação na forma de produzir

³ Homi Bhabha (2013) recorre a Bakhtin (2011), retomando a discussão acerca do Adão Mítico.

⁴ Pennycook (2006) apresenta uma crítica bastante coerente acerca dos dados normativos construídos pelo pesquisador. Para o autor precisamos compreendê-los de uma maneira transgressiva, rompendo as barreiras policiadas pela vigilância epistêmica positivista, reintegrando, assim, as dimensões sociais, históricas, éticas, políticas, culturais e identitárias.

conhecimento, que, mesmo considerando a multiplicidade de enfoques, não consegue romper com o modelo pivotante, ou seja, que gira sempre em torno do mesmo eixo central. Assim, “as relações biunívocas [da pesquisa] entre círculos sucessivos apenas substituem a lógica binária da dicotomia”, pois não basta, segundo esses autores, dizer viva o múltiplo; é preciso fazê-lo (DELEUZE, GATTARI, 1995, p. 12). Temos, aqui, nesse exemplo pivotante uma manifestação mimética do discurso colonial, em que “a ambivalência da mímica (quase o mesmo, mas não exatamente)” cria discursivamente a ilusão de estarmos rompendo com o caráter hegemônico (BHABHA, 2013, p. 147).

[Dessa maneira] reconstruir o discurso da diferença cultural exige não apenas uma mudança de conteúdos e símbolos culturais; uma substituição dentro da mesma moldura temporal de representação nunca é adequada. Isto demanda uma revisão radical da temporalidade social na qual histórias emergentes possam ser escritas; demanda também a rearticulação do ‘signo’ no qual se possam inscrever identidades culturais [até então subalternizadas] (BHABHA, 2013, p. 276).

Destarte, não se trata de propor um modo de produção de conhecimento que não tenha objetivo, tampouco que não busque algo com a sua investigação, como a esfera acadêmica, que vive nos “domínios olímpicos”, acredita ser. Neste artigo, a reflexão que estamos provocando consiste em compreender as implicações e os desdobramentos do modo como estamos realizando nossas pesquisas; melhor dizendo, estamos propondo, parafraseando Bhabha (2013), um retorno ao presente, em que possamos reescrever os percursos investigativos, inserindo neles dimensões silenciadas pelo consenso epistemológico, mas que nem por isso são ingênuas e casuais. Essa crítica ao modelo hegemônico de produção de conhecimento relaciona-se com a descanonização teórica defendida por Nunes (2011). Segundo esse autor (2011, p. 328), a incursão em um paradigma contra-hegemônico consiste na “iteração que permite articular continuidades e descontinuidades em novas configurações de formas de conhecimento, de racionalidades e de jogos de linguagem/formas de vida”.

[Ou seja] descanonizar significa não só reconhecer o caráter histórico e contingente das fronteiras que delimitam as teorias dos seus outros discursos e, por conseguinte, as possibilidades de transgredir, diluir ou redefinir essas fronteiras, mas também a centralidade da metáfora e da narrativa na organização do conhecimento sobre o mundo e da transponibilidade das metáforas e narrativas entre contextos e domínios da vida social. Finalmente, descanonizar significa reinventar os modos de articulação entre a dimensão cognitiva, a dimensão estética e da dimensão moral numa nova política emancipatória (NUNES, 2011, p. 328).

Com isso, ao entrarmos na dimensão geopolítica inerente às diversas áreas do conhecimento e à sua forma de produção, estaríamos criando ferramentas conceituais que nos possibilitem interrogar os discursos, os interesses e os poderes com os quais estamos nos filiando no ato da pesquisa. Por exemplo, o signo⁵ “resultado”, tão recorrente em muitas pesquisas, pressupõe a busca de uma resposta final àquilo que nos propusemos; pressupõe a testagem de uma hipótese, validando-a ou refutando-a; pressupõe o esgotamento reflexivo em detrimento de um poder legislador da pesquisa, entre outras interfaces metodológicas que tal signo implica. Nesse processo, o horizonte geopolítico, consoante aquilo já apontado, nos remete ao Positivismo, que, com efeito, é estratificado pelo discurso colonialista, apresentado mimeticamente como autêntico e único modo de operar cientificamente.

Ao questionarmos o consenso epistemológico hegemônico, estamos provocando uma reflexão que nos possibilite ressignificar, e com isso romper a prática de pesquisa consensual. Neste texto, tomamos a Linguística Aplicada (LA) como campo fonte de nossas discussões, tendo em vista a comunhão entre as discussões já operantes na área por diversos autores (KLEIMAN, 2013; MOITA-LOPES, 1996, 2006a, 2006b, 2013a; PENNYCOOK, 1998, 2006; RAJAGOPALAN, 2003; SERRANI, 1990; SIGNORINI, CAVALCANTI, 1998). Contudo, analisamos que tais incursões críticas não se resguardem unicamente ao campo multifacetado e, por natureza, indisciplinar da LA, considerando a pertinência das problemáticas para outras áreas que focalizam a língua(gem), o sujeito e a identidade cultural. Nesse sentido, segundo Kleiman (2013),

A LA, graças a seu foco na produção das realidades sociais pela prática discursiva, está em posição ideal para visibilizar e entender as resistências (ou ainda as reexistências) desses grupos [subalternizados] que, a partir da periferia, produzem novos saberes num processo de transformação do global pelo local (KLEIMAN, 2013, p. 53).

Com isso, o questionamento do consenso não significa dizer que não haja um “consenso”, mas que, ao desestabilizar o poder legislador da epistemologia, propõe-se, com isso, uma desorganização da tradição para a reinvenção de um “outro” paradigma que inclua em suas incursões as dimensões políticas, culturais, econômicas, geográficas e identitárias,

⁵ Referimo-nos a signo do ponto de vista defendido pelo Círculo de Bakhtin (BAKHTIN, 2010, 2011; VOLÓCHINOV, 2017), isto é, sempre ideológico e situado em uma estrutura cronotópica.

somando-se a esta última as interfaces de gênero, sexualidade, raça e etnia. Tal consenso que propomos mantém relação com o conceito de entre-lugar proposto por Bhabha (2013, p. 19), ou seja, “viver nas fronteiras do ‘presente’ [...] em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade [...] um movimento explanatório incessante”. Outrossim, tal proposição consiste na articulação epistêmica e metodológica, em que as investigações tematizem suas questões a partir de um olhar transdisciplinar, situado e, sobretudo, que descentre as estruturas de poder próprias da geopolítica do conhecimento. Diante disso, pensando na LA, segundo Kleiman (2013),

[...] uma faceta de criticidade da pesquisa em LA, que envolve, nas palavras de Paulo Freire [...] o ‘suleamento’ (em vez de norteamento) de nossa atividade acadêmica, por meio do estabelecimento de mais diálogos com outros cientistas sociais críticos ‘de fronteira’: sociólogos, teóricos culturais, filósofos que se posicionem na periferia, à margem do eixo euro-norte-americano de produção de conhecimentos (KLEIMAN, 2013, p. 41).

Esse paradigma contra-hegemônico⁶ tematiza as privações sofridos pelos sujeitos causadas sistematicamente no colonialismo e no capitalismo, subalternizando-os. Dessa maneira, este paradigma pauta-se por um olhar reflexivo, ao invés de legislador, por um olhar descentrado e híbrido, ao invés de homogêneo e estático (SANTOS, 2011a, 2011b, 2013; NUNES, 2011). Um olhar que contemple a multidimensionalidade das práticas sociais e identitárias, que se volte ao processo que constitui o produto para, com isso, construir inteligibilidades responsivas, em que para o agir do sujeito não há alibi (BAKHTIN, 2011).

PENSAR O RIZOMA COMO UMA ESTRATÉGIA DE DESCENTRAMENTO EPISTEMOLÓGICO

Compreender as dinâmicas da pesquisa por meio de uma concepção não disciplinar, indisciplinar, como bem defende Moita-Lopes (2006a), e transgressiva, como trata Pennycook (2006), demanda de nós, pesquisadores, um constante esforço reflexivo entre diferentes áreas do saber, bem como a articulação de diferentes enfoques metodológicos, buscando com isso criar inteligibilidades por meio de ecologias do saber (SANTOS, 2013) mais amplas para a

⁶ O paradigma contra-hegemônico é representado também pela metáfora do Sul (SANTOS, 2011b, 2013; NUNES, 2011). Dessa maneira, Santos (2013, p. 13) compreende “as epistemologias do Sul [como] um conjunto de intervenções epistemológicas que visam valorizar os saberes que resistiram com êxito à monocultura do conhecimento científico e investigam as condições para um diálogo mais horizontal entre conhecimentos. [Chamamos, assim] esse diálogo de ecologias de saberes”.

compreensão do objeto de pesquisa em questão. Entretanto, tal empreitada indisciplinar, embora apresente uma tendência à transdisciplinaridade⁷, não nos permite que qualquer diálogo teórico se efetive, visto que o conflito interno de posições epistemológicas pode inviabilizar o que possibilitaria um olhar mais holístico. Assim, pensando na LA, por exemplo, embora tal área não cerceie a interlocução teórica, há critérios para que as epistemes se comuniquem, ou seja, não se podem articular concepções de sujeitos que sejam conflitantes e contraditórias umas às outras; não se concebem articular concepções de sociedade que sejam opostas umas às outras. Contudo, devem-se articular concepções que sejam complementares, ampliando, assim, o escopo na produção do conhecimento.

Dessa maneira, o trabalho transdisciplinar se configura por meio de deslizamentos dinâmicos, em que não há fixação em um ponto central, com vistas à multidimensionalidade das práticas sociais investigadas. O que há nesta perspectiva é uma comunhão teórico-metodológica, isto é, o enfoque escolhido pelo pesquisador deve manter uma afinidade entre posições de sociedade, sujeito, discurso, cultura etc, para que, no momento da interação entre as teorias, haja uma complementariedade em vez de entraves ao fazer científico. Essa perspectiva transdisciplinar comunga com o modelo de rizoma defendido por Deleuze e Guattari (1995, p. 36), pois a transdisciplinaridade, bem como o rizoma não tem início nem fim, ou seja, “o rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas”, realiza um movimento transversal e contínuo, traçando, segundo os autores, linhas de fuga que não se interconectam de uma ponta a outra, mas por meio de multidimensionalidades rizomáticas que não são arborescentes, considerando as linhas de articulação que o rizoma constrói ao se relacionar sempre com pontos que se interconectam e a partir deles originam outros caminhos. Aqui, entendemos esses outros caminhos como percursos alternativos na produção de conhecimento, assim como na reflexão epistemológica.

Nesse sentido, ao pensarmos um enfoque metodológico em que não há laços fixos, ou arborescentes com um campo disciplinar específico, como Deleuze e Guattari (1995) defendem, podemos construir, por meio do rizoma, uma estratégia de descentramento epistemológico; descentramento este correlato à própria estrutura social e identitária dos sujeitos na pós-modernidade (HALL, 2015), ou seja, no paradigma rizomático que estamos abordando não há especialistas em áreas do saber, isto é, um pesquisador para isso e outro pesquisador para aquilo,

⁷ Zabala (1998) concebe a transdisciplinaridade como um modo de organização e produção do conhecimento que busca compreender a realidade sem que haja parcelamento, seja disciplinar, seja metodológico. Pois, segundo esse autor, objetiva-se uma interpretação de enfoque globalizador.

já que tanto a produção do conhecimento quanto as relações sociais são complexas, pois se constituem por meio de trânsitos sócio-históricos e políticos. A organização institucional das áreas do saber dar-se-ia não pelos compartimentos disciplinares estáticos, mas sim pela produção temática do conhecimento que, pela própria natureza inter ou transdisciplinar, articula em sua teorização saberes múltiplos, tornando possível uma ecologia de saberes, segundo o que Santos (2013) defende. Destarte, Saussure (2012) ao teorizar sobre a Linguística delimitou duas faces de estudo que, a princípio, eram intransponíveis. Para esse autor, o objeto da Linguística, denominada por ele como interna, era a língua em si e por si mesma (perspectiva sincrônica); de outro lado, estão as outras faces do fenômeno externo a imanência linguística que se preocuparia com a história, sociologia etc (perspectiva diacrônica). Segundo o autor (2012, p. 55), “no que concerne à Linguística interna [...] ela não admite uma disposição qualquer; a língua é um sistema que conhece somente sua ordem própria”.

Santos (2011a), ao discutir sobre a pós-modernidade e a globalização, as compreende como a intensificação das relações sociais, culturais, políticas e econômicas, o que acarreta uma quebra no pensamento compartimentado. Cabe, a esse respeito, uma crítica à divisão entre interna e externa, defendida por Saussure (2012), pois a compreensão social só acontece quando somos capazes de levar em conta as diferentes facetas que a constituem. Contudo, cabe ressaltar que este modelo rizomático de descentramento epistêmico nunca conseguirá captar todas as faces da vida social dada a infinitude de âmbitos sociopolíticos. Por conseguinte, quando nos referimos a esse olhar mais amplo, estamos no referindo ao modo de visualizar, especificamente, o objeto de pesquisa e, com isso, o pesquisador deve buscar alargar seus olhares epistêmicos para ele. O descentramento, concebido por meio desse olhar rizomático de estar no meio, entre as coisas, possibilita ao pesquisador levar em conta as múltiplas faces do seu objeto de pesquisa, que, por estar vinculado a um projeto, já possui previamente uma delimitação acerca daquilo que será investigado. Compete ao pesquisador descentrar e criar correlações que no modelo pivotante e arborescente não seria possível, pois, segundo Deleuze e Guattari (1995), a lógica operante é unilateral e circular. Diante disso, os autores nos propõem fazer rizoma e não raiz, fazendo referência entre o multidimensional e o unidimensional.

A título de exemplo, a pesquisa realizada por Santos (2019) sobre a multimodalidade nos livros didáticos de Língua Portuguesa do Ensino Médio realiza diálogos epistêmicos que, a princípio, podem parecer conflitantes, entretanto o autor ao justificar discursivamente os movimentos argumentativos explicita o modo como as epistemes se articulam, construindo inteligibilidades acerca do seu objeto de pesquisa. Nessa investigação, Santos (2019) em suas

análises, busca compreender as questões de pesquisa tendo como base de sua narrativa as políticas públicas que fomentam e parametrizam os livros didáticos; o autor não esgota sua reflexão na reprodução dos conhecimentos teóricos discutidos ao longo da pesquisa, uma vez que o que estrutura suas análises são os documentos oficiais e o modo como eles constituem as práticas de letramento nos livros didáticos. Diante disso, as reflexões teóricas subsidiam as ponderações analíticas, mas não são o ponto de partida nem de chegada para a pesquisa, elas estão no entremeio. A descrição da pesquisa de Santos⁸ (2019), embora feita de maneira breve, nos possibilita compreender o paradigma que apontamos neste texto.

Recentralizando nossa discussão aos pressupostos rizomáticos, Deleuze e Guattari (1995) realizam críticas à Linguística do século XX, pois, segundo os autores, esta área pauta-se em bases epistêmicas binárias, fixas e pouco reflexivas, uma vez que seu modelo científico subsunçor é como raiz, quer dizer, cresce sempre na mesma direção e sempre presa a um núcleo central. A problemática levantada pelos autores consiste, a nosso ver, na ausência de autocrítica da própria Linguística que, conforme Rajagopalan (2006) argumenta, a torna inábil para discutir e teorizar sobre questões de relevância social, uma vez que, historicamente, a Linguística desprezou o conhecimento situado, em função de teorizações abstratas, associadas e apolíticas⁹. Rajagopalan (2006), ao narrar uma situação vivenciada por ele em 2003, no III Congresso da ABRALIN, revela um estado de desconforto ao realizar críticas aos pressupostos vigentes ainda no século XXI com que a Linguística vem operando. De acordo com o autor (2006, p. 151), “[...] quando alguém chama a atenção para o estado de marasmo que se instalou no campo da Linguística [é como se] ninguém estivesse a fim de lavar em público roupas sujas guardadas há muito tempo”.

Segundo Deleuze e Guattari (1995),

A árvore Linguística à maneira de Chomsky começa ainda num ponto S e procede por dicotomia. Num rizoma, ao contrário, cada traço não remete necessariamente a um traço linguístico: cadeias semióticas de toda natureza

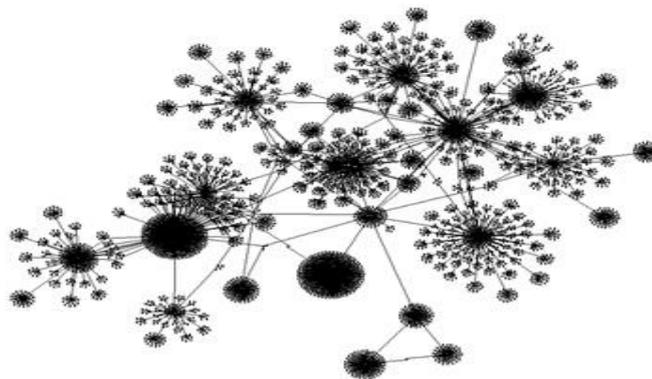
⁸ A pesquisa realizada pelo autor não tem como base epistêmica o pensamento pós-colonial aqui defendido; no entanto, suas reflexões apresentam comunhão com o que estamos propondo, quer dizer, há um descentramento teórico e metodológico típico da própria área do autor, a Linguística Aplicada.

⁹ Em 16 de maio de 2019, pesquisadores de todo o Brasil foram pegos de surpresa (ou não) com um corte orçamentário que, inicialmente, tornaria inviável a sustentabilidade financeira das Universidades e Institutos Federais. Diante disso, alunos, professores, bem como outros membros da academia foram às ruas, por meio de um ato organizado, apresentar suas pesquisas à sociedade, mostrando a importância destas para população brasileira. Questionamo-nos, se muitas das pesquisas dentro da Linguística, estariam levando em conta a sociedade a qual está inserido, ou se conseguiríamos mostrar a importância social e política de nossas pesquisas para o cidadão comum, já que muitas desprezam o conhecimento situado e político e, por conseguinte, o “leigo”.

são aí conectadas a modos de decodificação muito diversos, cadeias biológicas, cadeias políticas, econômicas, etc., colocando em jogo não somente regime de signos diferentes, mas também estatutos de estado de coisas [...] Na Linguística, mesmo quando se pretende ater-se ao explícito e nada supor da língua, acaba-se permanecendo no interior das esferas de um discurso que implica ainda modos de agenciamento particulares e tipos de poder socialmente particulares (DELEUZE, GUATTARI, 1995, p. 14).

Neste excerto, a crítica dos autores consiste no caráter unidirecional com que a Linguística opera e, embora eles façam menção a Chomsky e à sua corrente teórica, acreditamos que esse modelo linear não se resguarde a ele, pois outras áreas da Linguística pautam-se também em um modelo pivotante. Por exemplo, há pesquisas que tomam um conceito para si e buscam por meio do seu *corpus* a validação ou testagem deste; ou ainda pesquisas que apenas descrevem o *corpus* sem se preocuparem com os desdobramentos que sua investigação poderia ter e, com isso, reproduzem os resultados em si. Diante disso, Deleuze e Guattari (1995) defendem que não há língua em si, pois ela só pode ser entendida por meio de sua heterogeneidade, ou seja, assim como o rizoma, a língua é multidimensional, já que possui cadeias semióticas muito amplas que cria, parafraseando os autores, linhas de fuga não se fixando em um eixo central, pois no rizoma as formas de produção, propagação e subsistência são muito diversas. Vejamos a Figura 1 a seguir:

Figura 1. Representação de um Rizoma



Fonte: Google Imagens, 2019.

Como podemos perceber, o rizoma configura-se em um modelo multidimensional e descentrado, pois não há um ponto central, mas, sim, pontos centrais, em que cada um destes pode criar outros e assim por diante. Nesse tocante, o modelo rizomático apresenta várias entradas que se articulam e criam linhas de fuga, ou seja, não há fixação, mas deslizamentos dinâmicos que podem passar de uma haste a outra em um movimento de desterritorialização e reterritorialização criando novos centros e estabelecendo novos diálogos. Para Deleuze e

Guattari (1995, p. 15) (grifos nossos), “um método de tipo rizoma é obrigado a analisar a linguagem efetuando **um descentramento sobre outras dimensões e outros registros**. Uma língua não se fecha em si mesma senão em função de sua impotência”. Desse modo, as epistemes modernas baseadas no ideal de sujeito centrado e dono do sentido devem ser interrogadas para, a partir disso, transformá-las, recriando uma nova discursividade de linguagem pós-colonial (BHABHA, 2013). A respeito desse descentramento analítico da linguagem, comungamos com a posição de Bagno (2013, p. 323) de que o conceito de língua deve ser compreendido como um conceito sociológico, antropológico e político, “ou seja, um conceito inseparavelmente entrelaçado com as crenças, superstições, juízos de valor, preconceitos, representações sociais e ideologias que circulam numa sociedade, inclusive em seus ambientes acadêmicos e científicos”.

Concluimos este ponto de discussão, recorrendo, mais uma vez, a Deleuze e Guattari (1995, p.1995, p.19) para subsidiar nossa proposta de descentramento epistemológico ao propormos que “escrever, fazer rizoma, aumentar seu território por desterritorialização, estender a linha de fuga até o ponto em que ele cubra todo o plano de consistência”, que longe de ser unilateral, se configura como platô.

A EMERGÊNCIA DE UM PARADIGMA RIZOMÁTICO E CONTRA-HEGEMÔNICO PARA AS PESQUISA EM LINGUÍSTICA APLICADA

[...] A transição entre paradigmas epistemológicos, entre ciência moderna e ciência pós-moderna, deveria ser contemplada por uma reflexão sobre a transição entre paradigmas sociais, isto é, entre diferentes modos básicos de organizar e viver a vida em sociedade. Dado que [...] as diferentes formas de conhecimento têm uma vinculação específica a diferentes práticas sociais, **a ideia era, pois, que uma transformação profunda nos modos de conhecer deveria estar relacionada, de uma maneira ou de outra, com a transformação igualmente profunda nos modos de organizar a sociedade** (SANTOS, 2013, p. 19) (grifos nossos).

Convém discutir e, com isso, delimitar o que entendemos pelo uso do conceito de pós-modernidade neste artigo, visto ser um conceito de contornos variados e nem sempre preciso. Desse modo, dialogando com Bhabha (2013), compreendemos que o prefixo “pós” não denota um rompimento total com as relações sociais da modernidade e seus paradigmas epistemológicos, pois se assim estivéssemos concebendo estaríamos desintegrando a complexidade sociocultural e política das estruturas sociais, bem como diluindo suas tensões, contradições e descontinuidades.

Ao argumentarmos em função de uma mudança de paradigma epistemológico na pós-modernidade, passamos a conceber o prefixo “pós” como um terceiro espaço, conforme Bhabha (2013) postula. Assim, a narrativa discursiva que emoldura tal signo o situa num entre-lugar em que os valores, as crenças, as identidades e os horizontes axiológicos se cruzam e constituem novos arranjos socioculturais e políticos ao invés de compreendermos como uma linha discursiva sucessiva à modernidade. Nesse contexto, correlacionamos a definição de Canclini (2015) sobre a pós-modernidade com as posições de Bhabha (2013). Para Canclini (2015, p.329), a pós modernidade “não é um estilo mas a co-presença tumultuada de todos”. Com efeito, compreendemos que em uma conjuntura sociocultural híbrida e movediça há espaço para as diferentes racionalidades epistemológicas, inclusive topográficas coloniais e opressoras, cabendo-nos interrogar esses consensos epistemológicos, tendo em vista a urgência de um paradigma rizomático e contra-hegemônico.

Nesse contexto, filiamo-nos à posição de Santos (2013) ao propor uma revisão dos paradigmas epistemológicos correlacionado às mudanças na própria estrutura social, assim, acreditamos que as transições nesses paradigmas devem acompanhar o caráter fluído e volátil da sociedade pós-moderna, uma vez que a ciência em si não pretende legislar sobre a sociedade em sua prática geradora, isto é, em sua gênese. O propósito central das investigações, sobretudo, nas humanidades é possibilitar um aporte, a partir de dados empíricos, acerca da dinâmica plástica e multifacetada da sociedade, considerando as idiosincrasias de cada prática social. Conforme Santos (2013, p. 11) aponta, há uma “necessidade de considerar a existência de outras racionalidades alternativas a partir de experiências sociais, políticas e culturais do que [designou-se] por Sul global” (SANTOS, 2013, p. 11), ou seja, teorizar sobre os territórios proibidos, pensar o que não deveria ser pensando, fazer o que não deveria ser feito (PENNYCOOK, 2006) mesmo sabendo que isso custe olhares enviesados e suspeitos sobre o próprio fazer científico, que por ser sensível ao social, ao político e ao cultural é, erroneamente, preconcebido como desajustado e isento de filtros metodológicos.

Acreditamos que há uma linha tênue e bastante tensa entre o que seria esse fazer desajustado e o fazer desterritorializado. Hall (2013), discutindo sobre a constituição dos Estudos Culturais, narra um episódio que nos é comum. O autor postula que no início dos Estudos Culturais havia muito esse estigma de ser “um vale tudo”, visto que os objetivos deste campo do saber não era construir uma disciplina rígida, mas, sim, uma área de estudos relativos à compreensão das relações entre cultura, sociedade e poder. Nesses termos, o leque teórico e metodológico emoldurava-se sob diferentes prismas, mas que, nem por isso, poderia ser

considerado “um vale tudo”, tendo em vista que desde o início das investigações o pesquisador, de forma ampla, delimita um objeto e constrói objetivos que serão focalizados no ato da pesquisa que, naturalmente, devem ser refinados em razão do movimento pendular em que se apresenta o objeto de discussão. Desse modo, o fazer desterritorializado apresenta um compromisso epistemológico que *per si* já é político, além de um compromisso metodológico que se apresenta em razão da própria investigação.

Todavia, esses posicionamentos depreciativos sobre o fazer científico pautado por um paradigma rizomático e contra-hegemônico é um sintoma positivo para nós pesquisadores que nos preocupamos com uma agenda sociopolítica, sobremaneira, por esse incômodo poder indicar a desestabilização do próprio consenso epistemológico instituído e cristalizado academicamente. Sintomatiza ainda o rompimento do *status quo* da sociedade que as pesquisas pautadas pelo paradigma positivista tanto insistem em encobrir sob os rótulos da neutralidade, cientificidade e pureza epistêmica, rótulos esses nada ingênuos.

Segundo Santos (2013), as Epistemologias do Sul interrogam as discursivas forjadas pela modernidade, rompendo com o caráter regulatório e legislador das topográficas geopolíticas do conhecimento (NUNES, 2011). Sendo assim, estaríamos fazendo “balbúrdia”, pois nossas pesquisas desestabilizam os preceitos sagrados e canônicos de uma modernidade colonial, elitista, racista, lgbtfóbica e sexista. Em contrapartida a esse paradigma colonial, Santos (2013) defende um conhecimento emancipatório que, mesmo estando situado em estruturas coloniais, seja capaz de interrogar suas entranhas sistematicamente opressoras. Com isso, o pesquisador em Linguística Aplicada “deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos não ditos, não representados, que assombram o presente histórico” (BHABHA, 2013, p. 36). Acreditamos que a investigação em Linguística Aplicada pautada por esse paradigma rizomático e contra-hegemônico deve adotar a concepção de linguagem como rizoma (MOITA-LOPES, 2013), pois:

A metáfora do rizoma parece ser muito mais adequada para pensar as línguas, não como sistemas autônomos fechados que apagam as pessoas e os usos que elas fazem das línguas, mas como trama instável de fluxos que só ganha vida quando as pessoas e suas subjetividades e histórias são consideradas nas práticas sociais múltiplas e situadas de construção de significado em que atuam (MOITA-LOPES, 2013, p. 104).

Em consonância com essa concepção de linguagem descentralizada e sócio-histórica, elaboramos um Diagrama que se coaduna com os pressupostos defendidos ao longo deste artigo. Nossa concepção para a sua elaboração esteve pautada pelo modelo de rizoma defendido

por Deleuze e Guattari (1995), bem como pelas reflexões epistemológicas da Teoria Social (SANTOS, 2011a, 2011b, 2013, 2018; NUNES, 2011; BHABHA, 2013).

Diagrama 1. Dimensões Rizomática e Contra-hegemônica da Pesquisa



Fonte: Os autores, 2019.

O Diagrama 1 apresenta um panorama geral dos processos de pesquisa, conforme a concepção que estamos defendendo. Nesse sentido, ela põe o objeto de pesquisa no centro, visto ser o ponto de partida à investigação. O processo de pesquisa pautado nesse paradigma parte, a princípio, de um objetivo de pesquisa previamente delimitado para, posteriormente, desvelar outras faces e, com isso, não haver uma rota unidirecional no fazer científico. Ainda a esse respeito, o pesquisador segue um passo de cada vez sempre numa mesma ordem pré-estabelecida, mas com linhas de fuga (DELEUZE, GUATTARI, 1995), em que os interesses do pesquisador, as condições para realização da pesquisa e os métodos instituídos no fazer científico produzem simbioticamente o conhecimento.

Desse modo, construindo um raciocínio sobre esse prisma investigativo, o pesquisador pode partir do objeto de pesquisa e, seguidamente, ir ao campo epistemológico que subsidiará

a sua reflexão teórica; bem como poderá partir do objeto prosseguir pelos objetivos, delineando as suas questões de pesquisa e/ou hipóteses. Os objetivos de investigação atinentes ao objeto de estudo serão pontos basilares ao longo da discussão em que o pesquisador dialogicamente retorna constantemente a eles para reelaborar, reavaliar, reestruturar suas escolhas, construindo seus próximos passos na pesquisa, uma vez que não perderá de vista o fio condutor do rizoma. Esse movimento de retornar ao objeto e aos objetivos constitui uma orientação metodológica coerente com um fazer científico sério e comprometido e, ainda, parafraseando Bakhtin (2011), responsivo. Outro ponto a ser definido pelo pesquisador é qual método de pesquisa corresponde aos seus interesses e, mais que isso, qual o que se apresenta mais afim ao (pretensão) objeto de estudo.

O objeto de pesquisa, por estar situado em uma prática social, pode apresentar duas dimensões muito significativas para a produção do conhecimento. A primeira dessas dimensões é a sua possível vinculação às políticas públicas que fomentam, parametrizam, regulam e, muitas vezes, prescrevem seu modo de funcionamento. Diante disso, o pesquisador deverá visualizar no seu ato de pesquisa documentos oficiais que se correlacionam com o objeto de pesquisa, ampliando o campo de visualização e reflexão epistêmica desse objeto. A segunda dimensão se presta à possível vinculação do objeto de pesquisa às políticas econômicas. Essa segunda dimensão está intrinsecamente relacionada à primeira, pois a elaboração das políticas públicas, dada a conjunta sociopolítica brasileira, está relacionada com as variações econômicas do mercado internacional. Um exemplo dessa relação entre políticas públicas e políticas econômicas é apontada por Street (2010, p. 37) ao abordar que o investimento em Educação depende dos possíveis lucros do capital internacional, quer dizer, “pode-se ter uma reunião no Banco Mundial, e eles discutem se devem investir dinheiro em programas de alfabetização, e a principal preocupação é se podem medir resultados, se haverá avanços econômicos”. Mediante isso, não há como ignorar que o objeto de pesquisa mantém sempre uma vinculação com políticas públicas, considerando-se aquilo de que tratamos anteriormente, ou seja, a pesquisa está vinculada a uma prática social, portanto, política.

Essa vinculação entre políticas públicas e econômicas remete a outro ponto do Diagrama apresentado, que são as forças ideológicas atuantes. Esse ponto apresenta relevância significativa à reflexão epistemológica, pois o fazer científico é eminentemente político; assim, o pesquisador ao considerar as forças ideológicas poderá ampliar o seu espectro reflexivo, uma vez que o auditório social ao qual as práticas sociais estão inseridas desvela os interesses e os jogos de poder inerentes à dinâmica sociopolítica da vida em sociedade.

Por fim, o processo de pesquisa deverá apresentar os apontamentos construídos ao longo do percurso investigativo. Denominamos apontamentos em vez de resultados, pois o signo “resultado” está emoldurado por tons valorativos do Positivismo, além de pressupor algo universal e aplicável a todo contexto sociocultural. Nesse sentido, ao defendermos o uso do termo apontamentos, marcamos a posição assumida ao longo deste artigo, ou seja, interrogar o Positivismo e, com isso, discutir um novo paradigma epistemológico que tenha por natureza uma inclinação ao flexível e instável. Logo, não se trata, pois, de uma mera mudança de nomes, mas do rompimento com discursividades coloniais naturalizadas ao longo dos tempos.

Outro ponto que nos propomos a refletir é o uso do termo categorias de análise. Pensamos que este signo empregado em muitas pesquisas não coaduna com um modelo processual de investigação, pois, assim como acontece com o signo resultado, o termo “categoria de análise” performatiza uma discursividade positivista. Sendo assim, acreditamos que diante do paradigma epistemológico que estamos defendendo seja mais coerente chamarmos de pontos de reflexão, uma vez que os conceitos usados por nós não se configuram como aplicações mecânicas da teoria, mas como processos reflexivos construídos a partir de situações contextuais, com objetivos específicos e com horizontes axiológicos também delineados. Compreendemos que, por vezes, a categoria de análise corresponde a algo pré-estabelecido antes mesmo da reflexão dos dados, ou seja, desconsidera aquilo que no Diagrama 1 denominamos de processos emergentes ao longo da pesquisa. Esses processos emergentes são característicos do próprio ato investigativo, pois a presença do pesquisador no local, com as tensões inerentes à interação entre sujeitos, muitas das vezes com horizontes axiológicos divergentes, desestrutura aquilo que o pesquisador, a princípio, planejou ou que pensou com que iria se deparar. A esse respeito, o pesquisador, reiterando aquilo de que já tratamos, volta ao seu objeto e aos seus objetivos visando reelaborar e reconstruir o percurso investigativo, levando em conta a tensão gerada pelo confronto de vozes sociais naquela interação discursiva, parafraseando Bakhtin (2011).

Portanto, defendemos nesse paradigma o seu ajuste metodológico, uma vez que há um filtro consistente e coerente no qual o pesquisador deve se pautar. Salientamos que esse filtro metodológico não é inflexível, pois o que pautará o percurso do pesquisador não é uma determinação universalizante, como postulam os manuais científicos positivistas, mas o horizonte axiológico do pesquisador e dos sujeitos de pesquisa, levando-se sempre em conta o objeto de pesquisa, os objetivos inerentes aos processos investigativos, bem como as questões éticas que direcionam constantemente o fazer científico. Com isso, vimos continuamente

reelaborando as nossas reflexões levando-nos ao ponto inicial deste artigo, ou seja, interrogando a natureza geopolítica da episteme, cabe-nos indagar: “por que a própria ciência, que muda tudo, deve ser concebida e conduzida como imutável”? (BECK, 2012, p. 47).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a discussão proposta, intencionamos, como vimos reiterando, revisitar os percursos investigativos nos quais estamos inseridos para, assim, (re)ver com maior acuidade dimensões que, não ingenuamente, são silenciadas pelo consenso epistemológico, como uma das formas do imperativo incontestável. Enveredar por um novo caminho, e estar continuamente pensando sobre a fluidez das relações sociais é condição imprescindível ao fazer científico, ao papel de pesquisador. Os rigores teórico e metodológico, bem como, carecem de serem revisitados; não na pretensão de se elaborar um antimodelo, mas uma abordagem mais ampla que, embora se atenha a alguns dos rigores científicos, não deixe de contemplar a capacidade inventiva humana, sobretudo, em correntes do conhecimento que, em sua gênese, já são mais fluidas, líquidas e moventes, como é o caso da Linguística Aplicada.

A crítica ao modelo hegemônico se dá em razão da necessária abertura a pautas carentes, e necessárias, no campo acadêmico-científico e, em nosso caso específico, nos estudos da linguagem. Reforçar ou naturalizar discursividades que elevem um tipo de pesquisa, ou um tipo de objeto em detrimento de outro/outrem, é uma postura não rizomática e, por extensão, atrelada a um paradigma hegemônico. A ruptura disso poderá se dar com proposições éticas, que valorizem os sujeitos envolvidos no percurso investigativo, incluindo aqueles sujeitos e objetos que vêm resistindo e clamando pela ocupação de espaços na esfera acadêmica. Indubitavelmente, esse “outro” paradigma vislumbra uma perspectiva mais inclusiva e, de fato, íntegra no respeito às subjetividades, o que, certamente, requer abertura ao não-convencional e a uma capacidade crítica mais abrangente.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Do galego ao brasileiro, passando pelo português: crioulização e ideologias linguísticas. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo. **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p. 319-338.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliane Lourenço e Gláucia Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012. p. 11-88.

DELEUZE, Gilles; GATTARI, Félix. Introdução: rizoma. In: **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução Aurélio Neto e Célia Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 10-36.

GIDDENS, Anthony. A vida social em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott; BECK, Ulrich. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução Magda Lopes. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2012. p. 89-166.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende [et. al.]. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu e Guacira Lopes. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina: 2015.

KLEIMAN, Angela. Agenda da pesquisa em Linguística Aplicada brasileira: problematizações. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo (Org.). **Linguística Aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013. p. 39-58.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. **Oficina de Linguística Aplicada**. Campinas-SP: Mercado de Letras, 1996.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Uma Linguística Aplicada mestiça e ideológica: interrogando o campo como Linguista Aplicado. In: **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006a. p. 13-44.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Linguística Aplicada e a vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006b. p. 85-108.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente: contextos escolares. In: **Linguística Aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013a. p. 15-38.

MOITA-LOPES, Luiz Paulo. Como e por que teorizar o português: recurso comunicativo em sociedades porosas e em termos híbridos de globalização cultural. In: **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013b. p. 101-119.

NUNES, João Arriscado. Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 301-344.

PENNYCOOK, Alastair. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**, Campinas: Mercado de Letras, 1998. p. 21-46.

PENNYCOOK, Alastair. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In: MOITA-LOPES, Luiz Paulo. **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 67-84.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma Linguística Crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: **A globalização e as ciências sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 25-104.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Epistemologías del Sur**. Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social. Maracaibo-Venezuela, año. 16, v. 54, jul/set. 2011b. p. 17-39.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político da pós-modernidade**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SANTOS, Manuel Álvaro. **Gêneros multimodais e práticas de letramento em livros didáticos de Língua Portuguesa**. Dissertação (Mestrado em Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, 2019.

STREET, Brian V. Novos Estudos sobre o Letramento: histórico e perspectivas. In: MARINHO, Marildes; CARVALHO, Gilcinei (Org.). **Cultura escrita e letramento**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. p. 33-53.

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Blikstein. 28. ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SERRANI, Silvana. **Transdisciplinaridade e discurso em Linguística Aplicada**. Revista de Linguística Aplicada, Campinas-SP, v. 16, jul./dez. 1990. p. 39-45.

SIGNORINI, Inês; CAVALCANTI, Marilda (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**, Campinas: Mercado de Letras, 1998.

**APPLIED LINGUISTICS AND KNOWLEDGE PRODUCTION: (DE)
ORGANIZING EPISTEMOLOGICAL CONSENSUS IN VIEW OF A
RHIZOMATIC AND CONTRAHEGEMONIC PARADIGM
ABSTRACT**

The present article emerges based on our reflections as researchers, specifically, in the multidisciplinary field of Applied Linguistics (AL), a current of studies of language that presents itself as nonlinear, hybrid, mestizo, unstable and, largely, against hegemonic. To this end, we join the discussions that deal with problematic approaches about the production of academic-scientific knowledge, especially in the humanities, having as its central point the inheritance from Positivism and its respective ramifications in order to make propositions about research, identity, and postmodernity (BHABHA, 2013; HALL, 2015). This work is qualitative, bibliographic in nature, linked to the incursions that we make about the investigative processes as dialogical subjects, which reflect and refract responsively about their social actions (BAKHTIN, 2011). In the last discussion topic of the article, we use a Diagram that presents a rhizomatic and counter-hegemonic look about the research, mainly in the aggregating field of the humanities. The elaboration of such a Diagram can enable our interlocutors - social audience - reflections aimed at a paradigmatic change in the scope of the research, in a sphere that, considering all current ethical principles, sometimes feels compelled by the prevailing positivist force.

Keywords: Applied Linguistics; Rhizome; Knowledge Production

Envio: agosto/2019

Aceito para publicação: maio/2020

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267